

RELATÓRIO TCE- ANO 2024

Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caibaté – RS

Dados da Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBATÉ - RS

Gestor: DANIEL SEFFRIN HERTHER

Avenida Padre Réus, 1582, Centro, Caibaté – RS

Disponível no endereço: caibate.rs.gov.br

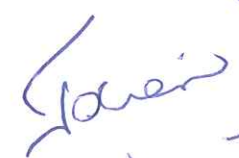
WhatsApp: 55996039996

E-mail: spessoal@caibate.rs.gov.br

ÓRGÃOS COLEGIADOS – Lei Municipal nº 1998/2006

CONSELHO MUNICIPAL /DELIBERATIVO

Nome	Função	Formação
DANIELE CECÍLIA KWIATKOWSKI	PRESIDENTE	BEL.DIREITO
CLEMENTE ARNO TEM CATEN	VICE-PRESIDENTE	ENSINO MÉDIO
ÂNGELA HARTMANN	SECRETÁRIA	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
ALINE CRISTINA ROSA DA LUZ PADILHA	MEMBRO	BEL.DIREITO
ERNESTO MARQUES DE ÁVILA	MEMBRO	ENSINO MÉDIO
TACIANA PIRES DA SILVA	MEMBRO	BEL.CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ADRIANA KAEFER	MEMBRO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS


Aline Padilha

Daniel Seffrin Herther

Ernest Marques de Ávila

Taciana Pires da Silva

Adriana Kaefer

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Nome	Função	Formação
TACIANA PIRES DA SILVA	Gestora Adm. do RPPS	Bel. Ciências Contábeis
ALINE CRISTINA ROSA DA LUZ PADILHA	Gestora Financeira do RPPS	Bel. Direito
RAQUEL DE FÁTIMA IVANOWSKI	Gestora RPPS	Contadora

APRESENTAÇÃO

O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caibaté é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos municipais de Caibaté, observados os critérios estabelecidos na Lei Municipal 4161/2024.

Sendo que a principal finalidade é a gestão dos recursos financeiros dos seus segurados para manutenção e pagamento de benefícios atuais e futuros e proporcionar aos seus segurados e dependentes, o amparo da previdência social assegurada constitucionalmente aos servidores públicos.

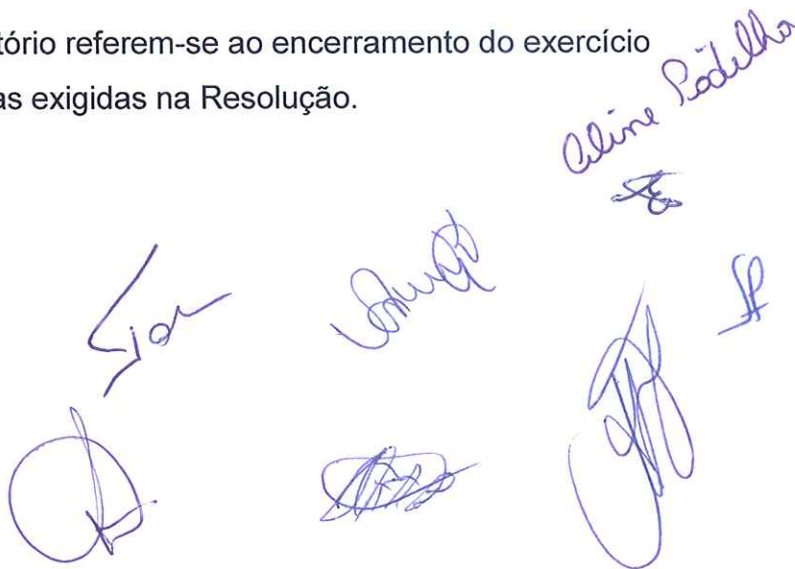
No exercício em análise, a Unidade Gestora do RPPS, responsável pela administração, gerenciamento e a operacionalização do fundo previdenciário, incluindo a arrecadação e gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, bem como a sua fiscalização.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Este relatório é elaborado com a finalidade de atender o disposto no art. 2º, inciso IV, letra “g”, da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

MÉTODO DE TRABALHO

Os dados apresentados neste Relatório referem-se ao encerramento do exercício financeiro de 2024, contemplando as normas exigidas na Resolução.



Handwritten signatures in blue ink, including the name "Aline Padilha" written vertically on the right side.

1. DADOS DOS SEGURADOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

Apresenta-se a seguir o Relatório do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caibaté (RS), com dados referentes aos segurados.

Na tabela abaixo, presente na Avaliação Atuarial de 2024, estão as informações dos servidores vinculados ao FAPES até a data da realização do referido relatório.

O RPPS possuía à época, um contingente de 320 segurados, distribuídos entre ativos, inativos e pensionistas, conforme a seguir.

TABELA 12. Estatísticas gerais dos segurados e beneficiários – Fundo em Capitalização

População coberta	Quantidade		Remuneração média		Idade média	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
Ativos	132	62	R\$ 3.879,80	R\$ 3.096,78	43,36	46,53
Aposentados por tempo de contribuição	48	37	R\$ 5.201,70	R\$ 3.935,78	65,21	70,05
Aposentados por idade	3	7	R\$ 1.667,01	R\$ 2.538,17	63,33	77,86
Aposentados - compulsória	0	1	R\$ 0,00	R\$ 1.412,00	0,00	93,00
Aposentados por incapacidade permanente	1	5	R\$ 1.945,56	R\$ 2.251,33	64,00	70,60
Pensionistas	19	5	R\$ 2.015,46	R\$ 2.319,13	68,95	57,40

Tabela da página 43 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

GRÁFICO 2. Distribuição geral da população, por status

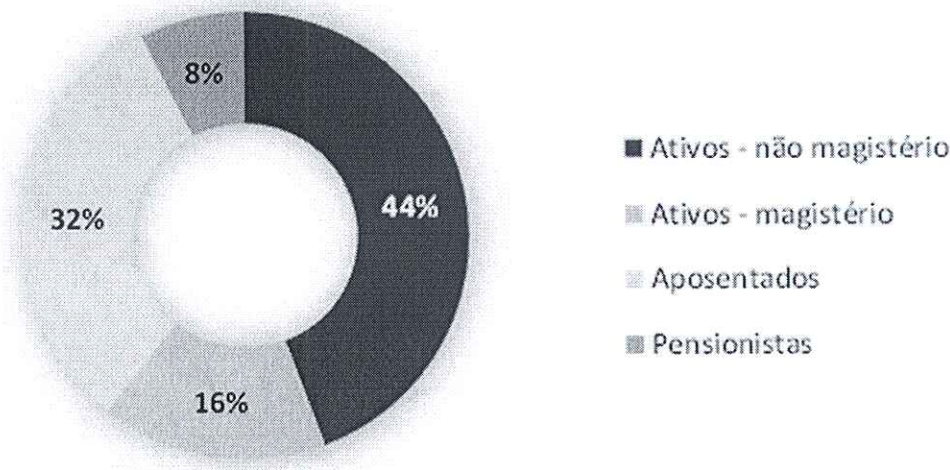


Gráfico da página 90 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

O gráfico 2 apresenta a distribuição dos servidores municipais ativos magistério, ativos não magistério, aposentados, bem como pensionistas, sendo que os ativos magistério compõem o maior quadro percentual.

[Handwritten signatures and names]
Aline Padellaro

GRÁFICO 3. Distribuição geral da população, por sexo

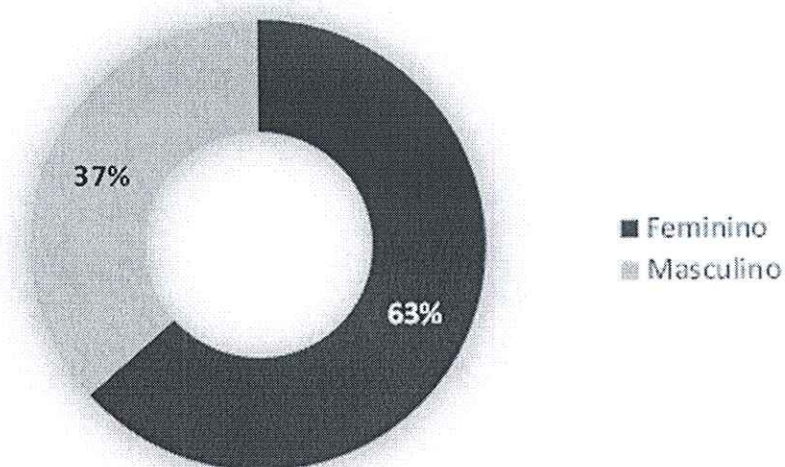


Tabela da página 91 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

GRÁFICO 5. Distribuição dos segurados ativos, por sexo

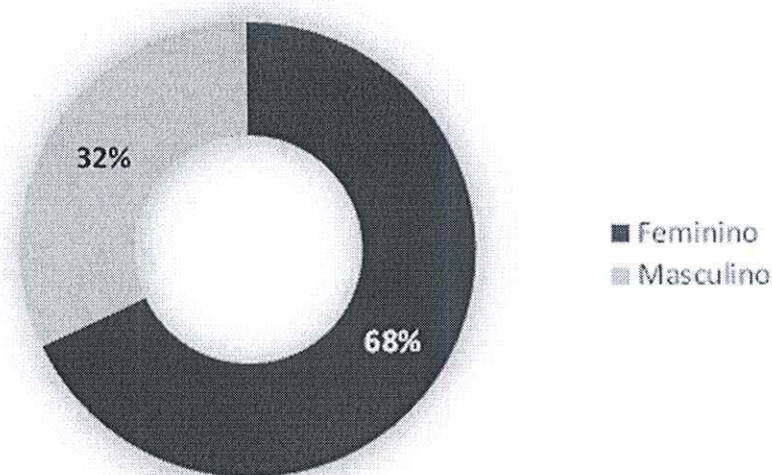


Tabela da página 92 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

O gráfico 3, expressa a distribuição geral da população por sexo, em que, conforme figura, a maioria são do sexo feminino. Já o gráfico 5 apresenta a situação dos segurados ativos distribuídos por sexo, onde a predominância é, da mesma forma, dada por mulheres.

[Handwritten signatures and names in blue ink]

Almeida Pedreira

GRÁFICO 11. Distribuição dos segurados aposentados, por sexo

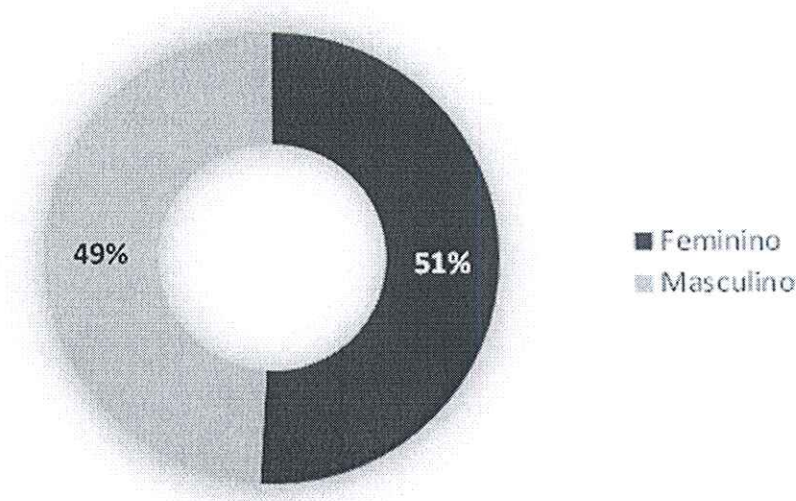


Tabela da página 95 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

GRÁFICO 16. Distribuição de pensionistas, por sexo

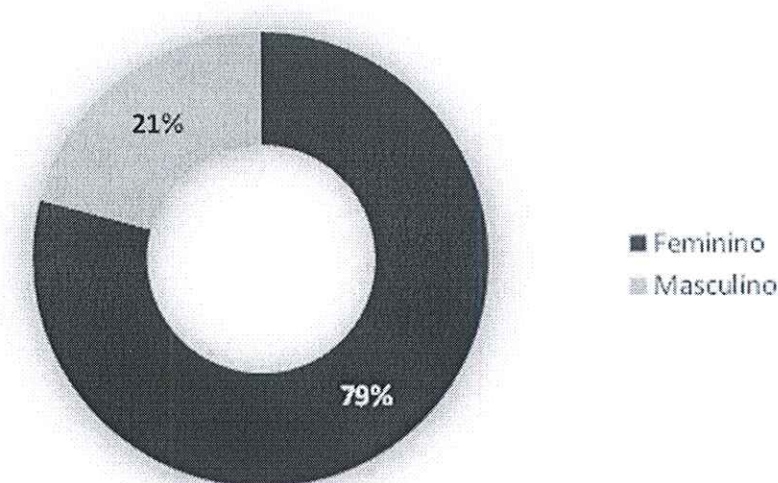


Tabela da página 97 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

Na mesma lógica, os dois gráficos anteriores apresentam a composição referente aos servidores aposentados e pensionistas.

2. DADOS DE RECEITAS E DESPESAS

Apresenta-se a seguir a análise das contas do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caibaté com dados referentes a análise do equilíbrio financeiro, comunicação de insuficiência, conformidade dos repasses, conforme segue:

Em atendimento ao art. 81 da Portaria MTP nº 1467, são considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS.

Quanto aos dados referentes às Receitas e Despesas correlatas aqui, estão melhores discriminadas nos balancetes publicados no site do Município.

Aline Rodolfo

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Tabela1.

Receita	Prevista	Realizada
Receitas Correntes	2.290.000,00	2.995.387,62
Receitas Intra-orçamentárias	5.410.000,00	5.106.155,66
(-) Deduções Da Receita	-	(46.633,61)
Total Líquido	7.700.000,00	8.054.909,67

Tabela2.

Despesa	Fixada	Empenhada
Despesas Correntes	6.300.000,00	7.154.587,10
Reserva de Contingência	1.400.000,00	-
Total Líquido	7.700.000,00	7.154.587,10

As tabelas 1 e 2, acima apresentadas, mostram a relação de receitas e despesas do último exercício, 2024. Em seguida, é estabelecida uma relação das contas do período, conforme exposto na tabela 3. Todos os dados constantes foram apresentados em Audiência Pública conforme determina a legislação.

Abaixo constam detalhadas maiores informações.

	Correntes	Capital	Total
Receitas Realizadas	8.054.909,67	-	8.054.909,67
Des. Empenhadas	7.154.587,10	-	7.154.587,10
Situação Orçamentária	SUPERÁVITARIA		900.322,57

2.1 - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

O manual do pró-gestão determina que a avaliação atuarial deva conter:

- Custo previdenciário total;
- Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício;
- Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial;
- Evolução do resultado relativo ao plano de custeio.

Estas informações são concedidas na Avaliação Atuarial e no Relatório de Gestão Atuarial, publicada no site do Município, constante no endereço eletrônico: caibate.rs.gov.br

As alíquotas de contribuição vigentes para o exercício de 2024, seguindo o Plano de Custeio definido pela avaliação atuarial e acatada pelo Conselho de Administração, foram definidas pela Lei Municipal nº 4160/2024 e implementadas, seguindo à risca as orientações atuariais.

Aline Rodolfo







2.2 – COMPREV

A compensação previdenciária, além da receita arrecadada R\$ 420.412,72, também teve o reembolso de valores, ou seja, um desembolso de valores, o RPPS pagou a título de compensação o montante de R\$ 742.599,66, da seguinte forma:

RGPS: R\$ 713.926,57

Estado: R\$ 19.322,06

Outros RPPS: R\$ 9.351,03

Recebimento Compensação	420.412,72
Pagamento de Compensações	742.599,66
Situação Líquida:	(322.186,94)

2.3 - GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos (PI) para o ano de 2024 que foi **APROVADA** em 22/11/2023, previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1.467/2022, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: **renda fixa, renda variável e investimento no exterior**.

ESTRATÉGIAS DA PI DE 2024 APROVADAS FORAM:

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO								
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTERA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTERA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	
Renda Fixa	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	
Renda Fixa	Fundos de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	100,00	11.898.611,03	27,82	0,00	72,00	100,00	
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	100,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	60,00	3.430.578,38	22,38	0,00	23,00	60,00	
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b	60,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Fixa	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras - Art. 7º, IV	20,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,00	
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	5,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Variável	Fundos de Investimento em Ações - Art. 8º, I	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,00	
Renda Variável	Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Variável - Art. 8º, II	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	20,00	
Investimento no Exterior	Fundos de Investimento - Investimento no Exterior - Art. 9º, II	10,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Investimento no Exterior	Fundos de Investimento em Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III	10,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Investimento Estruturado	Fundos de Investimento Multimercado (FIM) - Art. 10, I	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	

Stor
ED
Almeida Radulho
Almeida
JP

RENDIMENTOS

O total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras no exercício de 2024 foi de R\$ 1.331.123,08, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Fundos de Investimento	RENTABILIDADE				
	12/2024 (%)	Últimos 6 meses (%)	No ano (%)	12/2024 (R\$)	ANO (R\$)
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	0,87%	5,40%	10,90%	32.950,31	101.321,69
BANRISUL AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,75%	4,26%	8,61%	683,28	2.946,11
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	-0,27%	2,63%	5,79%	0,00	34.607,59
BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA LP	-0,64%	2,43%	4,74%	0,00	97.348,40
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,66%	4,54%	9,08%	1.006,73	53.455,21
BANRISUL RPPS FI RENDA FIXA	0,00%	1,48%	7,27%	0,00	16.692,69
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,17%	4,13%	8,12%	0,00	4.934,01
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,68%	3,96%	8,01%	594,40	4.692,67
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,15%	2,88%	6,08%	-103,92	4.490,86
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-2,57%	-1,49%	-2,75%	-1,93	-2,40
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,68%	4,57%	9,17%	51.229,56	542.666,16
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA HI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,00%	1,46%	7,25%	0,00	6.173,56
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,29%	2,41%	5,43%	0,00	13.341,06
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,31%	2,63%	5,92%	0,00	10.977,91
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-2,66%	-1,51%	-2,72%	0,00	-1.084,87
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,69%	4,64%	9,33%	0,00	9.414,62
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,83%	5,38%	11,03%	3.632,29	43.898,93
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,56%	4,44%	9,21%	6.322,23	108.206,86
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RENDA FIXA LP	-1,72%	-0,13%	1,21%	-14.407,61	39.113,70
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	0,86%	5,37%	10,88%	22.926,30	237.928,31
Total:				104.831,64	1.331.123,08

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

SALDO EM APLICAÇÕES AO FINAL DE 2024

O montante total do capital investido do RPPS, mais a disponibilidade financeira apurada na data de 31.12.2024, foi de R\$ 16.669.369,37 e está investido nos fundos de investimentos e somado a C/C conforme:

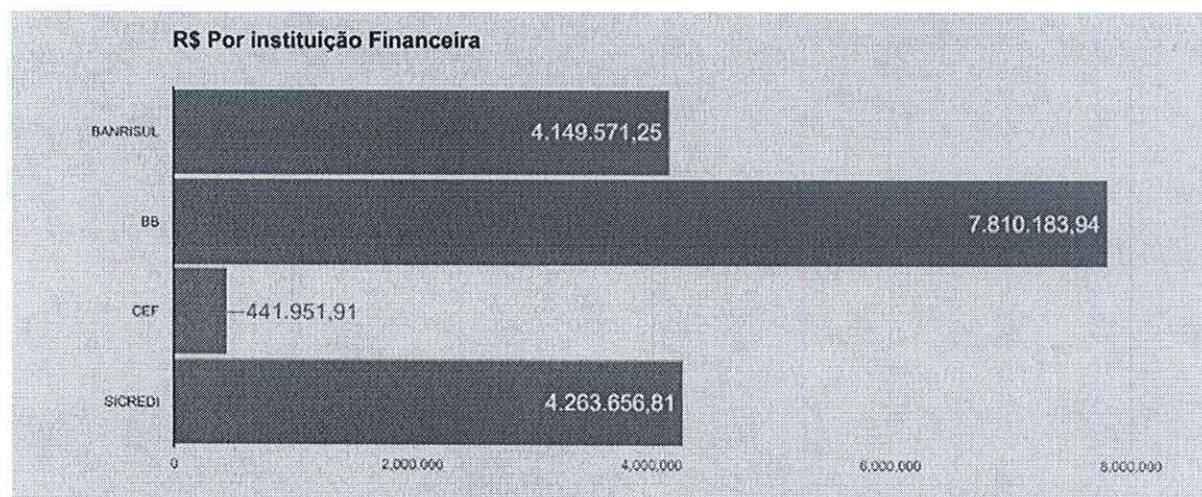


Composição da Carteira	12/2024	
	RS	%
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	3.837.386,34	23,03
BANRISUL AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	82.495,60	0,50
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	229.689,31	1,38
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	109.314,30	0,66
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	68.661,98	0,41
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	73,42	0,00
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7.632.134,24	45,80
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	441.951,91	2,65
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	1.125.812,26	6,76
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RENDA FIXA LP	825.160,72	4,95
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	2.312.683,83	13,88
Total:	16.665.363,90	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	4.005,47
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	16.669.369,37

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:



Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Vale ressaltar que TODAS as Instituições financeiras que o RPPS possui aplicações e que estão recebendo novos aportes do RPPS, constam na lista exaustiva do MPS (Ministério da Previdência Social).

META DA PI 2024

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2024, determinada na Política de Investimentos (PI), é composta por um índice mais uma taxa de juros, no exercício foi de **IPCA + 5,10%**. O RPPS de CAIBATÉ, em 31.12.2024, obteve uma rentabilidade acumulada de **R\$ 1.331.123,08** o que equivale a 83,22% da meta da PI. O RPPS atingiu **8,47%** em rentabilidade acumulada em percentual, enquanto o objetivo (meta do exercício) foi de **10,18%**.

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	RS	%			
12/2024	R\$ 1.331.123,08	8,4696%	IPCA + 5,10%	10,18 %	83,22%

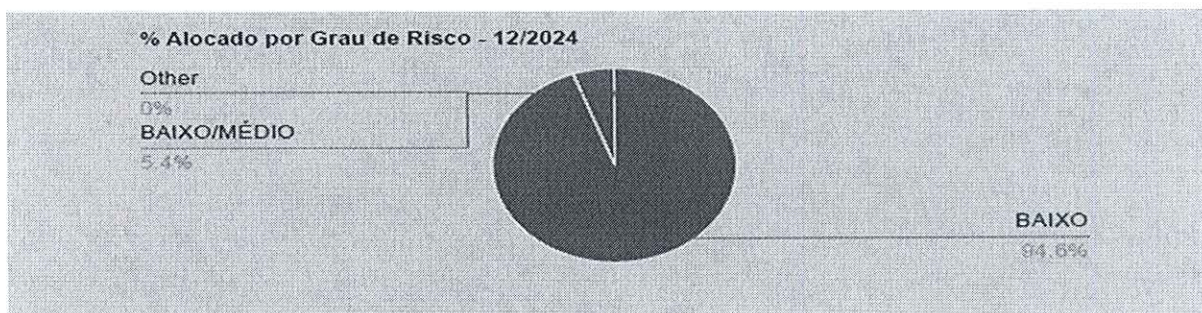
Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

RISCO DA CARTEIRA

Abaixo colocamos um gráfico de Risco da carteira de investimento, utilizando a medida de risco VaR (95%), sendo agregados os ativos de mesmo risco para mensurarmos a composição de risco do portfólio.



Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Os ativos se mantiveram ao longo do exercício de 2024 na maior parte em fundos de investimento com risco BAIXO.

ENQUADRAMENTOS

Como já tratado anteriormente, a Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS.

São utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da Consultoria Referência em conjunto com Comitê de investimentos. O documento em questão pode ser revisto ou alterado, de forma justificada, com objetivo de se adequar ao mercado ou à eventual alteração de Legislação.

Abaixo colocamos uma tabela com o enquadramento posição final do ano, conforme legislação vigente (Resolução CMN 4.963/2021):

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	14.272.365,59	85,64%	72,00%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	2.392.998,32	14,36%	23,00%	60,00%	ENQUADRADO
Total:	16.665.363,90	100,00%	95,00%		

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Como podemos verificar todos os ativos em que o RPPS possui aplicação encontram-se devidamente enquadrados perante a legislação vigente, Resolução CMN 4.963/2021.

elaine Rodulho
[assinatura]
[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

CONTROLE DAIR- ENQUADRAMENTOS

O envio do DAIR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, segundo o art. 241, inciso IV, alínea “b” da Portaria do MTP nº 1.467 de 2022. Todos os DAIR foram enviados no prazo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos										
Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Mês	Finalidade do DAIR	Data de Posição	Data de Envio	Notificação de Irregularidade	Retificação	Imprimir DAIR PDF	Imprimir APRe PDF
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Dezembro	DAIR - Encerramento do Mês	31/12/2024	22/01/2025 07:20:21		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Novembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/11/2024	02/01/2025 09:47:43		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Outubro	DAIR - Encerramento do Mês	31/10/2024	17/12/2024 17:19:15		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Setembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/09/2024	28/11/2024 18:26:37		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Agosto	DAIR - Encerramento do Mês	31/08/2024	19/09/2024 17:06:44		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Julho	DAIR - Encerramento do Mês	31/07/2024	29/08/2024 15:22:42		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Junho	DAIR - Encerramento do Mês	30/06/2024	09/08/2024 13:27:11		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Maio	DAIR - Encerramento do Mês	31/05/2024	13/06/2024 15:45:54		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Abril	DAIR - Encerramento do Mês	30/04/2024	13/06/2024 09:16:37		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Março	DAIR - Encerramento do Mês	31/03/2024	15/04/2024 08:16:11		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Fevereiro	DAIR - Encerramento do Mês	29/02/2024	18/03/2024 10:07:59		Não		
Calbati	87.613.006/0001-12	2024	Janeiro	DAIR - Encerramento do Mês	31/01/2024	23/02/2024 09:46:38		Não		

FONTE:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>

Em relação aos envios dos DAIR ao MPS, todos foram devidamente enviados. Vale ressaltar que os meses em que ocorreram atrasos no envio do relatório foi devido a uma certa dificuldade em conseguirmos todos os extratos junto as instituições financeiras.

Quanto ao CRP do ENTE, vale mencionar que se encontra em dia, como demonstrado abaixo.

Carine Padilha



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Caibaté UF: RS
CNPJ Principal: 87.613.006/0001-12

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.750, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade na endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 27/12/2024
VÁLIDO ATÉ 25/06/2025

N.º 988565 -
239523

RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO NO ANO DE 2024

O ano foi marcado por intensos debates sobre o direcionamento das políticas monetária e fiscal nas economias globais. A trajetória de desinflação observada ao longo do ano possibilitou que os bancos centrais das principais economias, como o Federal Reserve (EUA) e o Banco Central Europeu (BCE), adotassem posturas monetárias restritivas, embora com uma desaceleração no ritmo de elevação das taxas de juros. Apesar da desaceleração da inflação em diversas regiões, os índices inflacionários permaneceram acima das metas estabelecidas, o que manteve os investidores em uma postura cautelosa, atentos a possíveis ajustes nas estratégias monetárias. Em 2024, o Brasil vivenciou um cenário desafiador, com uma economia marcada por dificuldades fiscais, inflação persistente, altas taxas de juros e um contexto global turbulento. Para os investidores, o ano foi de volatilidade, com a busca por segurança em ativos de renda fixa. O aumento da Selic, as tensões fiscais e o cenário internacional complexo indicam que 2025 promete ser um ano ainda mais desafiador para os investimentos, exigindo uma abordagem cuidadosa e uma análise criteriosa das oportunidades e riscos no mercado financeiro.

Na China, a recuperação econômica apresentou um desempenho irregular. O país encontrou dificuldades para manter uma taxa de crescimento em torno de 5%, com o cenário sendo ainda mais desafiado pela imposição de tarifas comerciais pelos Estados Unidos, o que potencialmente agravaria o ritmo de crescimento. Diante disso, o governo chinês implementou estímulos pontuais, especialmente em setores considerados mais vulneráveis, como o imobiliário. O PIB do terceiro trimestre de 2024 apresentou um crescimento de 4,6%, ligeiramente superior às estimativas iniciais de 4,5%. No entanto, o crescimento continuou sendo desigual ao longo do ano, com a produção industrial superando o consumo interno e ampliando os riscos de deflação, especialmente em meio à crise do setor imobiliário e ao crescente endividamento dos governos locais.

Na Zona do Euro, persistem as preocupações com o fraco crescimento econômico, exacerbadas por riscos geopolíticos e pressões sobre o comércio internacional. Em sua decisão mais recente, o BCE reduziu a taxa de juros em 0,25%, passando de 3,25% para 3,00%, marcando o quarto corte consecutivo no ano, sinalizando um esforço contínuo para convergir a inflação para a meta de 2%. Além disso, a região atravessou turbulências políticas. Na Alemanha, um voto de

Aline Rodilho

JP

STC

HA

W

6

Handwritten signature

desconfiança no Congresso resultou na dissolução do governo liderado pelo Chanceler Olaf Scholz, que estava no cargo desde a saída de Angela Merkel. Na França, o Parlamento também aprovou um voto de desconfiança que derrubou o primeiro-ministro Gabriel Attal, dissolvendo seu governo. Após um breve período de incerteza, o presidente Emmanuel Macron nomeou François Bayrou para o cargo de primeiro-ministro, o qual teria que enfrentar um Congresso extremamente dividido e sem uma maioria clara, além de lidar com questões como o crescimento da dívida pública, orçamento e baixo crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, os mercados reagiram positivamente à vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais, o que impulsionou as principais bolsas globais, como a New York Stock Exchange (NYSE) e o Nasdaq, a encerrarem o ano com ganhos expressivos. O foco agora está nas diretrizes futuras da política econômica do governo eleito, cuja estratégia em áreas como tarifas, política fiscal, imigração e geopolítica será determinante tanto para a economia americana quanto para a economia global, sendo uma premissa chave para a avaliação dos diferentes cenários e riscos prospectivos. A economia americana se manteve aquecida, com a primeira estimativa do PIB do terceiro trimestre de 2024 indicando um crescimento anualizado de 2,8% em relação ao segundo trimestre. Esse crescimento foi parcialmente impulsionado pela variação de estoques, com contribuições positivas também vindas do consumo das famílias e do consumo e investimento do governo. O principal relatório sobre o mercado de trabalho (Payroll) mostrou a criação líquida de 227 mil empregos em novembro, superando as expectativas de mercado. No entanto, a taxa de desemprego aumentou ligeiramente de 4,1% para 4,2% de outubro para novembro.

Ainda sobre os EUA, entrando especificamente no campo da política monetária, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) manteve os juros inalterados durante boa parte do ano, mas iniciou um ciclo de flexibilização monetária em setembro, com um corte de 0,50%, seguido por cortes adicionais de 0,25% nas reuniões de novembro e dezembro, reduzindo a taxa para o intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano. Em seu comunicado, o comitê adotou um tom cauteloso, reconhecendo que o novo governo herdará um ambiente macroeconômico com pressões inflacionárias ainda não totalmente controladas, além da elevada probabilidade de que o presidente eleito cumprirá suas promessas de campanha.

No Brasil, o ano foi marcado por significativa turbulência política e econômica, com intensos embates entre o governo, o Congresso e os agentes do mercado financeiro. A escalada da taxa de câmbio fechou o ano em torno de R\$ 6,17/US\$, representando uma valorização de 27% do dólar em relação ao real, o pior desempenho desde 2020. Juntamente com o expressivo deslocamento da curva de juros para cima, esses movimentos refletem uma crescente preocupação com a trajetória da economia brasileira. Esse cenário foi, em parte, impulsionado pelo fortalecimento do dólar no cenário externo, com os Estados Unidos se mantendo como um grande polo de atração de capitais devido a taxas de juros relativamente elevadas e uma economia resiliente. No Brasil, o movimento de valorização do dólar foi amplificado por questões fiscais, especialmente após o governo apresentar um pacote de medidas para a contenção de gastos públicos da ordem de R\$ 30 bilhões no primeiro ano e R\$ 40 bilhões no segundo ano, além de propor a reforma tributária, com destaque para o aumento da faixa de isenção para R\$ 5.000,00 e a adoção de um imposto mínimo para as altas rendas. Embora as medidas de contenção de gastos tenham sido bem recebidas em termos de expectativas de economia fiscal, a reação do mercado foi negativa, com a taxa de câmbio se depreciando e as taxas de juros mais longas subindo. Mesmo com a aprovação das medidas pelo Congresso, o mercado permaneceu pessimista devido à aparente falta de apetite para enfrentar diretamente a trajetória insustentável das contas públicas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2024 em comparação com o período imediatamente anterior, impulsionado, entre outros fatores, pelo dinamismo do mercado de trabalho, com aumentos tanto na população ocupada quanto no rendimento médio real. O setor de serviços, especialmente nas áreas de Informação e Comunicação, e Atividades financeiras, apresentou desempenho positivo, contribuindo significativamente para esse crescimento. No entanto, a agropecuária registrou uma pequena queda de 0,9%, devido à perda de produtividade e quedas na produção de produtos como cana, milho e laranja.

Almeida Rodulho

Sio

Barbosa

Barbosa

Barbosa

Do ponto de vista da demanda, o consumo das famílias continuou crescendo, impulsionado pela melhora no mercado de trabalho e pelos programas de auxílio governamentais. O aumento nos investimentos, especialmente em bens de capital, software e construção, também foi um fator positivo. As últimas projeções de crescimento do PIB para 2024 indicam uma alta de 3,49%, conforme os dados mais recentes do Relatório Focus. A Inflação oficial do país fechou 2024 em 4,83%, puxada por alimentação, educação e saúde. Os alimentos têm sido, inclusive, o principal motivo do mau humor dos consumidores.

Em relação à política monetária, o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou o ano com uma redução gradual da taxa Selic, que passou de 11,75% para 10,50% nas três primeiras reuniões do ano. No entanto, devido ao agravamento das incertezas externas e problemas de oferta relacionados a eventos como as enchentes no Rio Grande do Sul, o COPOM retornou com o ciclo de aperto monetário em setembro, elevando a taxa Selic em 0,25%. Com o aumento das preocupações fiscais no último trimestre, o comitê promoveu duas elevações adicionais de 1%, levando a taxa para 12,25%. Esse cenário gerou expectativas de novas elevações em 2025, com a taxa projetada para 14,75%.

No mercado de renda fixa, o desempenho foi marcado por incertezas e aversão ao risco, que se intensificaram nos últimos meses do ano. Embora as expectativas iniciais de juros baixos não se concretizassem devido à deterioração das condições fiscais, o plano de redução de gastos do governo gerou reações negativas entre os investidores, consolidando a curva de juros em patamares elevados. Nesse contexto, os títulos de curto prazo se destacaram frente aos ativos de maior *duration*. O índice IMA-Geral, que expressa a rentabilidade dos títulos marcados a mercado, registrou uma variação positiva de 5,10% ao longo do ano.

Na renda variável, o ano de 2024 apresentou um desempenho negativo, com o índice Ibovespa registrando uma queda de 10,36%, o pior desempenho desde 2021. O índice fechou no vermelho em 8 dos 12 meses do ano, com a incerteza do mercado em relação à sustentabilidade da dívida pública, o ciclo de elevação da Selic e fatores externos, como o agravamento das tensões geopolíticas e a lenta recuperação da economia chinesa, impactando negativamente os resultados. Entre os poucos ativos que tiveram desempenho positivo, destacam-se Embraer e Marfrig, que subiram mais de 100% devido à desvalorização cambial.

A partir das considerações apresentadas, verifica-se que a Gestão do RPPS, juntamente com os membros do Comitê de Investimentos e Conselhos, atuou em parceria com a Consultoria para alcançar uma rentabilidade condizente com as condições do mercado financeiro. Além disso, ressalta-se que não houve desenquadramento em relação à legislação vigente.

É importante destacar que, em relação à meta estabelecida, o RPPS atingiu **83,22%** do seu objetivo, um resultado positivo, especialmente diante do cenário desafiador. Fatores como o desequilíbrio das contas públicas do Governo Federal, a cotação do dólar acima de seis reais e um novo ciclo de alta da SELIC trouxeram incertezas ao mercado. Além disso, o comportamento dos títulos públicos federais não correspondeu às expectativas, e o contexto econômico global também contribuiu para um ambiente de grande volatilidade.

Sendo assim, conforme observado os investimentos estão em conformidade com as regras estabelecidas pelo mercado financeiro.

Aline Rodulho



3 – DESPESAS DO RPPS

3.1 – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS:

Os recursos do RPPS, conforme determina a legislação, somente poderão ser disponibilizados para pagamento de benefícios de aposentadoria e pensões, onde podemos observar a evolução das despesas dos últimos anos:

BENEFÍCIO	2024
Aposentadoria	5.651.303,38
Pensão	651.147,59
TOTAL	6.302.450,97

3.2 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

De acordo com a Lei Municipal nº 1998/2006, o limite para as despesas administrativas do RPPS apurado com base no exercício financeiro anterior e tendo como base de cálculo R\$ 20.794.172,19 x 1% = R\$ 207.941,72.

DESPESAS DO RPPS

Despesas 2024:

MÊS	DESPESAS			
	DESPESAS COM BENEFÍCIOS	DEMAIS DESPESAS	COMPENSAÇÃO PAGA	TOTAL (2)
JAN	484.840,58	8.007,45	2.311,28	495.159,31
FEV	482.431,22	8.031,45	1.198,49	491.661,16
MAR	484.608,93	8.355,45	1.198,49	494.162,87
ABR	484.608,93	9.193,45	0,00	493.802,38
MAI	484.608,93	8.045,45	1.198,49	493.852,87
JUN	484.608,93	8.353,57	5.923,39	498.885,89
JUL	618.380,62	8.513,00	0,00	626.893,62
AGO	488.900,86	10.094,92	1.277,86	500.273,64
SET	486.906,70	8.043,48	1.277,86	496.228,04
OUT	486.306,71	8.193,45	1.278,65	495.778,81
NOV	484.335,61	6.847,68	724.012,43	1.215.195,72
13º SAL	346.353,84	0,00	0,00	346.353,84
DEZ	486.378,55	17.037,68	2.922,72	506.338,95
TOTAL	6.303.270,41	108.717,03	742.599,66	7.154.587,10

Celine Rodella

4 - ACOMPANHAMENTO DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Em atenção ao art. 40 CF/88; §1º, art. 2º da Lei nº 9.717/1998; §1º, art. 1º e art. 69 da LRF, e ao Ofício Circular DCF nº 03/2023, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que o acompanhamento do resultado financeiro, deu-se analisando mensalmente as Receitas e despesas orçamentárias enviadas pelo SIAPC.

Para tal resultado considerou-se todos os valores arrecadados e para as despesas os empenhos liquidados no exercício financeiro de 2024.

Em acompanhamento das contas do RPPS no exercício de 2024, foram considerados que a Lei vigente é suficiente para a amortização do déficit, conforme consta no DRAA (Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial), ressaltando que houve meses que o montante de arrecadações e rendimentos de aplicações não suportou o valor de pagamento de benefícios, sendo que, o Poder Executivo – foi comunicado pelo Comitê e Conselho – para que aportasse o valor faltante. Portanto, consideramos que, não possuímos insuficiência financeira, mas, sim, déficit atuarial e financeiro.

PLANO PREVIDENCIÁRIO

Receitas 2024:

MÊS	PODER PÚBLICO	ARRECADAÇÃO						
		CONTRIB P/RECUPER PASSIVO	TOTAL PODER PÚBLICO	SERVIDORES	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	PARCELAS		
						PRINCIPAL	APLIC.FINAN	TOTAL (1)
JAN	217.444,06	229.166,67	446.610,73	108.722,12	9.044,65	564.377,50	120.362,31	684.739,81
FEV	205.761,55	229.166,67	434.928,22	102.880,84	134.650,34	672.459,40	105.359,55	777.818,95
MAR	187.373,91	229.166,67	416.540,58	93.687,10	10.250,12	520.477,80	115.991,83	636.469,63
ABR	189.763,93	229.166,66	418.930,59	94.882,11	10.250,12	524.062,82	47.538,80	571.601,62
MAI	186.144,27	229.166,66	415.310,93	93.072,24	10.250,12	518.633,29	125.988,75	644.622,04
JUN	185.422,98	229.166,66	414.589,64	92.711,61	0,00	507.301,25	72.989,83	580.291,08
JUL	190.669,00	229.166,66	419.835,66	95.334,65	0,00	515.170,31	160.199,66	675.369,97
AGO	185.022,83	229.166,66	414.189,49	92.511,51	19.583,00	526.284,00	123.893,73	650.177,73
SET	223.195,42	229.166,66	452.362,08	112.286,58	9.791,50	574.440,16	115.435,81	689.875,97
OUT	223.406,67	229.166,66	452.573,33	111.703,46	179.709,73	743.986,52	138.012,21	881.998,73
NOV	224.467,15	229.128,02	453.595,17	111.516,09	0,00	565.111,26	97.125,69	662.236,95
13º SAL	223.126,63		223.126,63	111.563,44	0,00	334.690,07	0,00	334.690,07
DEZ	223.641,33	229.166,66	452.807,99	111.820,81	36.883,14	601.511,94	104.833,58	706.345,52
TOTAL	2.665.439,73	0,00	2.665.439,73	1.332.692,56	420.412,72	4.418.545,01	1.327.731,75	5.746.276,76

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste eixo o RPPS demonstrará que os valores foram registrados, as provisões matemáticas informadas no exercício, os ativos financeiros e parcelamentos a receber, bem como valores decorrentes dos aportes mantidos em aplicação por 5 anos.

A gestão financeira e orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caibaté será visualizada através dos demonstrativos a seguir, sendo estes:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;

Stane
Aline Botelho
[Handwritten signatures and initials]

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstrativo de Variação Patrimonial.

Observa-se que as demonstrações contábeis do RPPS foram elaboradas conforme exigência da Portaria nº 1467/2022 e do MCASP.

Estão publicados no endereço eletrônico:
<https://www.caibate.rs.gov.br/site/contaspublicas>

As provisões foram lançadas no grupo 227 de acordo com o Plano de Contas do TCE-RS.

Sendo que os dados e informações dos instrumentos de transparência fiscal e as informações a dados contábeis, orçamentários e fiscais que trata a Constituição Federal, LC 101/2000 e Portaria STN 642/2019, compõem a matriz de saldos contábeis – MSC, enviado mensalmente através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

5.1 - GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

As informações abaixo se referem a data focal de dezembro/2024, sendo esta relação, portanto, a mais recente disponível.

Segue a gestão de custeio e contratos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do município de Caibaté/RS:

EMPRESA	R\$
REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA (CNPJ: 14.261.603/0001-51)	8.020,44
IEM-INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA(CNPJ: 02.310.921/0001-86)	6.772,00
BORBA, PAUSE & PERIN- ADVOGADOS S/S (CNPJ: 92.885.888/0001-05)	67.000,00
LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA(CNPJ: 18.934.959/0001-60)	11.250,00
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA-DATAPREV S.A (CNPJ: 42.422.253/0001-01)	1.800,00

almeida Rodolfo

5.2 - CONTROLES INTERNOS

O Relatório de Controle Interno do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caibaté, foi analisado e redigido pela Unidade de Controle Interno, tendo como Auditor do ente, o Sr. Luis Fernando P. Wesz, empossado no dia 28 de junho de 2011, por meio de concurso público realizado no ano de 2006.

O presente relatório visa orientar e incentivar a gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Serv. Pub. de Caibaté, na adoção de providências necessárias para atingir com maior eficiência a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento dos objetivos e a economicidade dos atos praticados.

Tem-se por objetivo, também, contribuir com o controle popular, em especial, por parte dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social dos Serv. Pub. de Caibaté, mas também de qualquer outro interessado.

O presente relatório se insere no sistema de prestação de contas, pautado em normativos do ordenamento jurídico brasileiro. A saber, a Constituição Federal conferiu ao Sistema de Controle Interno a obrigação de avaliar as metas de governo, comprovar a legalidade de atos administrativos e avaliar a aplicação de recursos públicos.

Abaixo, segue endereço eletrônico, para acesso ao Relatório de Controle Interno e Cronograma de Auditorias, publicados no site do Município "Portal de Transparência":

<https://www.caibate.rs.gov.br/site/contaspublicas>

Aline Padilha


CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório tem por base o planejamento estratégico estruturado no referido ano de 2024. O planejamento é alterado na medida que as demandas e necessidades surgem, quer dizer, não é estático e fixo, e sim modificável sempre que necessário, visando a melhor gestão do tempo e das atividades do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do município de Caibaté/RS.

O presente Relatório buscou dar transparência e visibilidade ao que foi executado no último exercício, no que tange aos métodos de trabalho empregados, assim como atualizações quanto aos dados dos segurados e serviços previdenciários, dados de receitas e despesas, evolução da situação atuarial e atividades institucionais.

PARECER

Considerando o disposto na Resolução TCE nº 1.134/2020, art. 2º, IV, "g", do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Lei Municipal nº 1998/2006, que rege o Regime Próprio de Previdência Social dos Serv. Púb. de Caibaté de que trata o art. 40 da Constituição República, apresentamos o relatório e parecer deste Conselho sobre a gestão operacional, econômica e financeira do ano de 2024, relativamente ao exercício financeiro de 2024, podemos constatar que:

- Quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial, está sendo assegurado, visto que foi implantado o plano de custeio sugerido na avaliação atuarial, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 4.160, de 29/05/2024.

- O art. 40 da Constituição Federal, ou seja, o caráter contributivo e solidário foi assegurado, conforme observado na Lei Municipal nº 1998/2006.

- O ente vem cumprindo com todos os repasses mensais e integrais das contribuições a Unidade Gestora do RPPS.

- Quanto aos beneficiários, o RPPS, cobre única e exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo e seus dependentes conforme Lei Municipal nº 1998/2006.

- Os benefícios concedidos pelo RPPS estão sendo atendidos de acordo com a determinação da Lei Municipal nº 4161/2024, sendo eles aposentadorias e pensão por morte. Sendo que o pagamento dos benefícios ocorre de forma direta, mediante folha de pagamento, gerenciado pela Unidade Gestora atendendo assim o art. 71 da Portaria 1467/2022.

Aline Portillo

- O acesso a informações é garantido a todos os servidores, primando pela transparência de todos os atos que envolvam o RPPS, através de atendimentos ao protocolo, disponibilização em meios eletrônicos.

- Os registros contábeis foram realizados de acordo com as normas legais de forma distinta da contabilidade do Município, sendo que todas as demonstrações contábeis foram elaboradas e publicadas de acordo com o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

À vista do relatório, o Conselho de Administração do RPPS é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Serv. Pub. de Caibaté foram atendidas de forma tempestiva, cumpridas de acordo com as exigências legais. Tanto que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi mantido automaticamente.

Entende-se que o parecer é **SEM RESSALVAS**, visto que todos aos atos realizados estavam em consonância com a legislação e normas aplicáveis aos RPPS.

Se
Aline Rodilha
B
C
D
E

CONSELHO MUNICIPAL DELIBERATIVO- RPPS



DANIELE CECÍLIA KWIATKOWSKI

Presidente



CLEMENTE ARNO TEM CATEN

Vice-Presidente



ÂNGELA HARTMANN

Secretária



ALINE CRISTINA ROSA DA LUZ

PADILHA



ERNESTO MARQUES DE ÁVILA

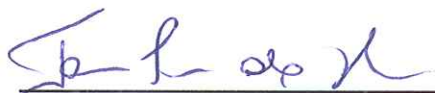


TACIANA PIRES DA SILVA



ADRIANA KAEFER

COMITÊ DE INVESTIMENTOS



TACIANA PIRES DA SILVA



ALINE CRISTINA ROSA DA LUZ

PADILHA



RAQUEL DE FÁTIMA IVANOWSKI